Emendas do Senado ao Projeto de Leno 501, de 2019, que "Dispõe sobre elaboração e a implementação de plano metas para o enfrentamento integrado violência doméstica e familiar contra a mulher, da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência; e altera a Lei no 13.675, de 11 de junho de 2018".

EMENDA Nº 1 (Corresponde à Emenda nº 1 – CCJ/CDH)

Dê-se à ementa do Projeto a seguinte redação:

"Dispõe sobre a elaboração e a implementação de plano de metas para o enfrentamento integrado da violência doméstica e familiar contra a mulher, da Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a Mulher e da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência; e altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para determinar que o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp) armazene dados e informações para auxiliar nas políticas relacionadas com o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher."

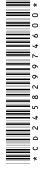
EMENDA Nº 2 (Corresponde à Emenda nº 6 – CDH)

Dê-se ao § 1º do art. 2º do Projeto a seguinte redação: "Art. 2º
§ 1° A Rede Estadual de Enfrentamento da Violência contra a
Mulher e a Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência
terão a composição nos termos definidos pelo art. 9º da Lei nº 11.340,
de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), podendo ser integradas
por órgãos públicos de segurança, de saúde, de justiça, de assistência social, de educação e de direitos humanos e por organizações da sociedade civil.



EMENDA Nº 3 (Corresponde à Emenda nº 11 – PLEN)

Dê-se ao § 2º do art. 2º do Projeto a seguinte redação: "Art. 2º
§ 2º Os entes federativos deverão apresentar regularmente seus planos de metas para o enfrentamento da violência contra a mulher para obterem acesso aos recursos relacionados: I – à segurança pública, nos termos do art. 8º, inciso V, da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018; e
II – aos direitos humanos.
EMENDA N° 4 (Corresponde à Emenda n° 7 – CDH)
Dê-se ao inciso I do art. 3º do Projeto a seguinte redação: "Art. 3º
EMENDA Nº 5 (Corresponde à Emenda nº 12 – PLEN)
Dê-se ao inciso IV do art. 3º do Projeto a seguinte redação: "Art. 3º
IV – programa de monitoração eletrônica de agressores e acompanhamento de mulheres em situação de violência como mecanismo de prevenção integral e proteção estabelecidos pela Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);



EMENDA Nº 6 (Corresponde à Emenda nº 13 – PLEN)

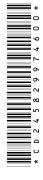
Dê-se ao inciso VI do art. 3º do Projeto a seguinte redação: "Art. 3º
VI – expansão da monitoração eletrônica do agressor of disponibilização para a mulher em situação de violência de unidade portátil de rastreamento que viabilize a proteção da integridade física da mulher;
EMENDA Nº 7 (Corresponde à Emenda nº 4 – CDH)
Dê-se ao art. 5° do Projeto a seguinte redação: "Art. 5° O art. 35 da Lei n° 13.675, de 11 de junho de 2018 passa a vigorar acrescido dos seguintes inciso VI e parágrafo único: 'Art. 35.
VI – enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher. Parágrafo único. Para fins de ampliação da integração dos dados e informações relacionados ao disposto no inciso VI, será garantida a interoperabilidade, no que couber, do Sinesp com o Registro Unificado de Dados e Informações sobre Violência contra as Mulheres, de que trata a Lei nº 14.232, de 28 de outubro de 2021 observadas as restrições de publicidade disciplinadas na legislação. (NR)"

$EMENDA\ N^{o}\ 8$ (Corresponde à Emenda $n^{o}\ 2-CCJ/CDH$)

Acrescente-se, no art. 6º do Projeto, a expressão "e o Distrito Federal" após a expressão "Os Estados".

EMENDA Nº 9 (Corresponde à Emenda nº 8 – CDH)

Dê-se ao art. 6º do Projeto a seguinte redação:



"Art. 6º Para os fins desta Lei, os Estados e o Distrito Federal que, no prazo de 1 (um) ano, contado da entrada em vigor desta Lei, aprovarem seus planos de metas serão considerados habilitados ao recebimento dos recursos federais nos termos do § 2º do art. 2º desta Lei."

EMENDA Nº 10 (Corresponde à Emenda nº 10 – PLEN)

Substitua-se, no Projeto, onde couber, a expressão "violência doméstica e familiar contra a mulher" por "violência contra a mulher".

Senado Federal, em 11 de abril de 2024.

Senador Rodrigo Pacheco Presidente do Senado Federal



phfm/pl19-501 eme

